

BB tem Cr\$ 700 bilhões para os produtores do DF

Laércio Silva

O Banco do Brasil tem, este mês, Cr\$ 700 bilhões em recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) à disposição das classes produtoras do Distrito Federal. A informação é do novo superintendente regional do BB no DF, Manoel Pinto de Souza Júnior, que acaba de assumir o cargo, vindo do Mato Grosso do Sul, onde foi superintendente por três anos.

Ele disse que a Superintendência do DF vai criar todas as facilidades permitidas pelas normas do Banco e do FCO para aplicar aqui até o último centavo

dos 19 por cento que tocam para Brasília do montante geral do Fundo e que este ano representam, em valores nominais a serem corrigidos mensalmente, Cr\$ 2 trilhões. Além de recursos do FCO, as agências do Banco do Brasil no DF e em outras sete cidades do Entorno que fazem parte da Superintendência local estão acatando propostas de produtores rurais interessados em financiar máquinas agrícolas pelo Finame-Rural, mediante recursos repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O chamado "Finame-balcão" garante a aprovação e a liberação dos valores

solicitados dentro de um prazo máximo de dez dias, afirma o superintendente.

Democratização — O objetivo da superintendência local do BB, segundo Manoel Pinto de Souza, é colocar na prática a política econômica do presidente Itamar Franco de acabar com a inflação com crescimento. O "presidente Caliarri recebeu essa orientação do presidente Itamar e a estamos tirando do papel", explica.

Ele diz também que adotará a transparência nas operações do Banco e faz parte dessa estratégia divulgar quanto o BB tem disponível para emprestar em cada linha de crédito que opera. "É uma forma de pulverizar e democratizar os empréstimos do Banco. Divulgaremos também os principais contratos de financiamento que fecharmos para que todos saibam para onde o dinheiro administrado pelo Banco do Brasil está indo", explica Manoel Pinto de Souza.

Essa nova postura da Superintendência do DF não significa, porém, que as garantias do Banco serão relevadas. "As propostas serão analisadas tecnicamente, com profissionalismo e mesmo sendo aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico (no caso de financiamentos do FCO, de acordo com o que, estabelece convênio firmado entre o GDF e o BB), o Banco se reservou o direito de vetá-las, caso não sejam economicamente viáveis, porque a responsabilidade pela boa administração dos recursos do Fundo é nossa", ressalva o superintendente.